

# Boletim

# CR/RRR

NOVEMBRO/2018



# AGENDA

## **APEOESP**

---

### **DEZEMBRO**

**13** Conselho Estadual de Representantes

## **CUT**

---

### **DEZEMBRO**

**03** Seminário O Mundo do Trabalho no Samba

**08** Roda de Samba da CUT – SP

**19** Reunião da Direção Executiva ( prevista )

## **CNTE**

---

Obs: as ações sobre eixos aprovados pelo CNE terão início em janeiro/19

# I. Conjuntura

## O avanço conservador e ultraliberal no cenário mundial

O mundo vem passando nas últimas décadas do século XXI por grandes transformações. Elas se relacionam com o advento da chamada terceira revolução industrial e o início de novas formas de organização no processo produtivo, com reflexos na própria composição social das nações. Ao mesmo tempo, a organização das nações adquire uma nova conformação com o processo de mundialização, fortalecendo o poder do capital frente aos Estados. O aumento da concentração do capital em um número cada vez mais reduzido de famílias e grupos econômicos tem como contrapartida o aumento da precarização das condições de vida e trabalho da grande massa de trabalhadores cada vez mais fragmentada e fragilizada.

Cada vez mais se ampliam os setores excluídos, precarizados pela condição de trabalhadores terceirizados, autônomos como figuras jurídicas próprias (a chamada "prejetização") e também como trabalhadores informais, diminuindo sua capacidade de luta e unidade em defesa dos seus interesses.

É preciso acrescentar que todas essas mudanças vêm acompanhadas da construção de uma nova cultura social, ideológica, na qual certos conceitos têm um papel fundamental, como a meritocracia, influenciando uma atomização maior do tecido social e uma sociedade cada vez mais individualizada, induzindo à competitividade entre os trabalhadores.

A crise provocada pelo modelo econômico excludente, com aumento do desemprego e redução de garantias sociais e trabalhistas básicas resulta no aumento da violência e degradação do cenário social.

É neste cenário que discursos populistas conservadores vêm ganhando forte apoio na sociedade. Nos países de economia central, como os Estados Unidos e países europeus, um elemento constante é o aumento da discriminação contra os imigrantes. Porém, outras manifestações, como a homofobia, muitas vezes se destacam.

Na América do Sul, que na primeira década do século XXI vivenciou um forte crescimento de governos progressistas e de esquerda, comprometidos com demandas sociais e ambientais, estamos vendo agora a ampliação de governantes conserva-

dores, fortemente vinculados a grandes grupos econômicos, como é o caso do presidente eleito do Paraguai, Mario Abdo Benítez; de Mauricio Macri na Argentina; Pedro Pablo Kuczynski no Peru; Sebastián Piñera no Chile e, agora, Jair Bolsonaro no Brasil.

A eleição ou crescimento de partidos e lideranças de direita e de extrema-direita também ocorre em países da Europa. Podemos citar a Alemanha, com o crescimento do partido ultranacionalista AfD (Alternativa para a Alemanha); a ida de Marie Le Pen para o segundo turno na França e a eleição de Emmanuel Macron; a eleição de Gert Wides, do Partido para a Liberdade na Holanda, com forte discurso islamofóbico; o crescimento da Aurora Dourada, de extrema direita, na Grécia; e a vitória pela terceira vez consecutiva do ultraconservador Victor Orbán como primeiro ministro da Hungria. Além da Europa, a eleição de Donald Trump nos Estados Unidos reforça o crescimento de políticas conservadoras e neoliberais pelo mundo.

Neste cenário, há países que resistem ao avanço conservador, como o Uruguai, a Bolívia, a Venezuela, Cuba e, mais recentemente, o México, com a eleição de López Obrador, do PRD (Partido da

Revolução Democrática), para a presidência da República.

## **A esquerda e os setores progressistas buscam ações unitárias para romper o cerco da direita**

Neste cenário, entidades representativas dos trabalhadores têm buscado construir agendas de luta em defesa da democracia e dos direitos sociais e trabalhistas.

Exemplo deste esforço é a Jornada Continental pela Democracia e Contra o Neoliberalismo, que busca articular o movimento sindical, os movimentos sociais do campo e da cidade, a juventude, os movimentos das mulheres e contra o racismo, os movimentos dos ambientalistas, dentre outros.

No dia 22 de agosto, como parte desta agenda, foi realizado um ato na Sede da APEOESP reunindo organizações como a CUT, a Marcha Mundial das Mulheres, a Frente Brasil Popular, a Central Sindical das Américas, dentre outras. No dia 30 de novembro, por ocasião da reunião de chefes de Estado do G-20 em Buenos Aires, Argentina, haverá uma manifestação na cidade e diversas manifestações em toda América.

## **O golpe se consolida no Brasil**

No Brasil, nesse contexto de avanço conservador, o golpe que

cassou o mandato da presidenta Dilma Rousseff visou destruir as medidas de proteção dos interesses dos trabalhadores, dos direitos sociais e nacionais efetivadas durante os governos Lula e Dilma.

O programa adotado pelos golpistas (a "Ponte para o Futuro", de Michel Temer), teve como objetivo redirecionar a política do Estado brasileiro para os interesses do capital internacional e nacional. Esse programa foi concretizado, em parte, com a aprovação da Emenda Constitucional 95/2016 que congelou os investimentos sociais, em especial nas áreas de educação e saúde, por 20 anos; a Reforma Trabalhista (Lei nº 13.467/2017), que fragilizou ainda mais a situação dos trabalhadores, com medidas como a possibilidade de terceirização de atividades fins, antes proibida na CLT. Professores, por exemplo, poderão ser contratados como pessoas jurídicas terceirizadas ao invés de serem parte do corpo fixo da escola.

Cumprindo esse programa, o governo golpista buscou dilapidar o patrimônio público e social entregando nossas riquezas (como o pré-sal) para empresas estrangeiras e acabou com o Fundo Soberano, que possibilitaria a viabilização de mais investimentos na educação e a aplicação da meta 20 do Plano Nacional de Educação.

Para a consumação do golpe, seria necessária a eleição de um presidente que garantisse a con-

tinuidade das ações de desmonte do Estado Brasileiro, do processo de privatização e perseguição aos movimentos sindical e sociais.

Para isso, a primeira medida foi impedir que o ex-presidente Lula pudesse vencer a eleição, o que foi feito por meio de sua prisão injusta e ilegal, causando manifestações de repúdio no Brasil e no mundo. O executor dessa ação, juiz Sérgio Moro, recebeu como prêmio sua nomeação como ministro da Justiça de Jair Bolsonaro.

A partir daí, com Lula fora da disputa, a eleição de Bolsonaro foi possível por ter, no contexto da crise, com grande desemprego e piora nas condições de vida da população, galvanizado um forte sentimento popular de aversão ao sistema, aos partidos políticos, às instituições. Mas é preciso destacar o papel cumprido pelas chamadas "fake news" disseminadas por ele nas redes sociais, com financiamento milionário e ilegal de grandes empresas, induzindo milhões de eleitores a uma opção de voto pelo medo, pelo preconceito e pelo ódio.

Não se pode esquecer, contudo, que a candidatura Bolsonaro foi enfrentada por uma inédita unidade dos setores de esquerda e progressistas, que, com todas as grandes dificuldades, garantiu a Fernando Haddad a expressiva votação de quase 48 milhões de brasileiros. Somados aos votos nulos, brancos e absten-

ções, constata-se que quase 89 milhões de eleitores não escolheram Bolsonaro, que teve 55 milhões de votos.

Antes mesmo da posse do novo presidente, diversas medidas sinalizam o sentido de seu governo e a necessidade de que os trabalhadores e os setores progressistas da sociedade se articulem para um período de grandes enfrentamentos.

A seleção de nomes que irão compor o novo governo mostra um perfil de extrema-direita e grande despreparo para solucionar os graves problemas nacionais. Da mesma forma, a tentativa de aprovação de medidas como a Reforma da Previdência Social, do Projeto Escola Sem Partido, de modificar a legislação da lei antiterrorismo, possibilitando com isso a classificação das ações do movimento sindical e dos movimentos sociais como atividades terroristas, já deixam claro que tipo de cenário encontraremos no próximo período.

## **A eleição de João Dória em São Paulo: aprofundamento do desmonte do Estado**

No estado de São Paulo o cenário não é melhor. A eleição de João Dória reforça o projeto de privatização dos serviços públicos e a redução do Estado.

Devemos assinalar que o processo eleitoral deixou fraturas

internas no PSDB, o que poderá levar a movimentações de rearranjo de forças. Por outro lado, a composição das bancadas partidárias na Assembleia Legislativa (Alesp) não aponta para um cenário de amplíssima maioria governista, como durante o governo Alckmin, o que pode possibilitar um maior enfrentamento contra o novo governador.

Não podemos nos esquecer, ao mesmo tempo, que agora nossa categoria possuirá na Alesp uma representante com grande capacidade de articulação e de luta, comprovada pela prática de anos na liderança da nossa entidade, que é a professora Bebel, presidenta da APEOESP.

Isso reforça ainda mais a necessidade de investirmos na nossa organização e na unidade em defesa da escola pública de qualidade para todos, pela valorização dos profissionais do magistério e da educação em geral, num momento em que os setores reacionários que chegam ao poder querem criminalizar os professores, impedir a liberdade de ensinar e aprender e a pluralidade de ideias e concepções pedagógicas nas escolas, garantidas pela Constituição Federal.

## **A direita ganhou as eleições, mas os setores democráticos lutaram e irão resistir**

O resultado da eleição pre-

sidencial e também no estado de São Paulo foi marcado pelo signo do medo e do ódio. Por outro lado, todos aqueles que se opõem a este projeto saíram às ruas para se manifestar de forma combativa, alegre, em defesa da vida e não da pena de morte e do ódio.

A APEOESP teve um papel importante nesta luta, mobilizando sua militância, organizando comitês em defesa da democracia, que no decorrer de todo o período desde o golpe de 2016 vêm assumindo lutas contra a reforma da previdência, a reforma trabalhista, pela libertação de Lula e que, agora, continuam ativos em defesa da liberdade, da justiça, da democracia e dos nossos direitos.

Agora o desafio é manter unidos todos os setores que lutaram contra a eleição de Jair Bolsonaro. Apesar das diferenças existentes entre os diversos segmentos, é necessário que componham uma grande Frente em Defesa da Democracia, com comitês organizados em cada bairro, região, cidade, local de trabalho.

Nesse processo, teremos que conseguir um maior envolvimento de nossa categoria e da comunidade escolar, dos diversos setores sociais na defesa dos interesses da maioria da sociedade. Não é a primeira vez que nossa entidade e a categoria irão enfrentar uma situação de forte restrição democrática. Já enfrentamos a

ditadura militar. Lutamos pela redemocratização e o faremos de novo e com mais força. Temos a certeza de que os professores saberão cumprir seu papel como educadores na sociedade.

## **A APEOESP se fortalece**

A posição combativa do nosso Sindicato, buscando mobilizar permanentemente os seus militantes e a categoria, procurando desenvolver ações

comuns com outros parceiros na sociedade em defesa da escola pública e dos interesses sociais, sempre foi a marca de nossa entidade.

Em todos esses anos em que a APEOESP vem lutando, professores e professoras aprenderam que é fundamental atuar nos mais diversos campos, ocupando espaços como os Conselhos do FUNDEB, da Merenda Escolar, Conselho Nacional de Educação e espaços nas Câmaras Municipais e Prefeituras.

A eleição da presidenta da APEOESP como deputada estadual reforça a defesa dos interesses da nossa categoria. Desta forma, a APEOESP sai desta eleição vitoriosa e fortalecida para os grandes enfrentamentos que virão, por meio de um mandato popular na Alesp, com a forte e constante presença da nossa categoria, de outros setores do funcionalismo e dos movimentos sociais na pressão sobre os demais deputados e o governo estadual.

## **II. Campanhas**

### **a) Contra a Reforma da Previdência!**

Como era esperado, com a eleição de Jair Bolsonaro os parlamentares comprometidos com os grandes grupos econômicos que se mobilizaram para a eleição do novo governo tentam aprovar a Reforma da Previdência. Bolsonaro já declarou que isto é prioridade para ele e que considera os servidores públicos como o principal problema da previdência.

Essa reforma, que a mobilização dos trabalhadores, com papel destacado da APEOESP, conseguiu impedir desde 2016, fará com que milhões de trabalhadores percam seu direito à

aposentadoria, que ficará adiada para uma data cada vez mais distante ou inviabilizada, tendo em vista que a expectativa de vida de grandes segmentos da classe trabalhadora é bem menor que a média nacional.

Essa movimentação ocorre ao mesmo tempo que o Senado Federal aprova a toque de caixa o aumento do salário dos ministros do STF de R\$ 33,7 mil para R\$ 39,3 mil por mês. Lembrando que estes ministros possuem, ainda, uma série de regalias como auxílio moradia, mesmo que residam em Brasília, enquanto milhões de brasileiros e brasileiras tentam sobreviver com um salário de fome.

Todas as centrais sindicais,

junto com os sindicatos estão se mobilizando para impedir mais este golpe na classe trabalhadora.

A APEOESP, novamente, estará na linha de frente dessa mobilização. Serão reeditados e atualizados os materiais relacionados a essa questão e as subsedes devem estar prontas a mobilizar a base da categoria para garantir o direito à aposentadoria especial e para que os demais trabalhadores também não sejam mais prejudicados.

### **b) Continua nossa luta pelos 10,15%**

Neste final de governo Márcio França, continuamos em

pressão total sobre o governador, que não cumpriu até o momento seu compromisso de registrar junto ao Supremo Tribunal Federal que fará o pagamento, destravando desta forma o processo.

Nosso Sindicato continua a pressionar para um contato direto com o governador, tendo em vista que tomou, ainda no primeiro semestre de 2018, as providências jurídicas com as quais havia se comprometido por ocasião da reunião no STF entre a então presidenta do órgão, ministra Carmén Lúcia, o governador, o secretário da Educação e a presidenta da APEOESP.

O reajuste de 10,15% foi ganho na justiça, vencemos em todas as instâncias e o recurso do governo travou o pagamento. Não vamos desistir desse reajuste em hipótese alguma, pois é direito adquirido. Neste ou no próximo governo, a luta não cessará.

### **c) Grande vitória para a categoria O: a duzentena acabou**

No dia 21 de novembro, a Assembleia Legislativa aprovou o PLC 42/2018 que substitui a duzentena (180 dias de interstício entre contratações para os professores da categoria O) pela quarentena (40 dias).

Em reuniões com o governador, secretário da Educação e

no Colégio de Líderes da Alesp, a presidenta da APEOESP trabalhou pela aprovação urgente desse projeto, criando as condições para a extinção da duzentena de forma permanente.

A APEOESP considera esta uma decisão transitória, pois a luta é pela implementação da estratégia 18.20 do Plano Estadual de Educação (PEE), ou seja, uma nova lei de contratação, com direitos iguais aos dos efetivos, sem quarentena, nem duzentena.

Além de lutar contra a precarização da contratação de professores temporários na rede estadual de ensino (Lei Complementar 1093/2009), e de ter conseguido a extensão da duração do contrato de 1 ano inicialmente para 3 anos e 10 meses, em diversos momentos, o Sindicato também conseguiu reduzir a chamada “duzentena” para “quarentena”. Em dezembro de 2017, por exemplo, com a “quarentena”, a APEOESP assegurou o emprego de 33 mil docentes, que puderam ter aulas atribuídas neste ano.

A APEOESP também está lutando para que seja efetivada a garantia do direito a atendimento médico pelo IAMSPE aos professores da categoria O.

Neste sentido, foi encaminhado pelo governo à Assembleia Legislativa o Projeto de Lei Complementar 52/2018, que garante esse direito aos professores da categoria O “enquanto

perdurar a relação laboral, mediante valor mínimo de contribuição mensal e contínua, bem como prazos de inscrição e carência, nos termos e condições definidos no regimento”.

Essa é uma luta da APEOESP desde 2009, quando foi aprovada a LC 1.093. Foi feita pressão na greve de 2013 sobre o então superintendente do IAMSPE e o secretário de Gestão Pública da época, porém não houve progresso, até que, finalmente, esse direito consta no PLC 52/2018. Porém, o projeto é mais amplo e necessita ser aprovado com emendas (veja próximo item).

### **d) O IAMSPE é nosso!**

A APEOESP mantém uma luta histórica pelo fortalecimento e melhoria do Instituto de Assistência Médica do Servidor Público do Estado (IAMSPE). Consideramos que o IAMSPE é um patrimônio dos servidores públicos, que o mantêm financeiramente. Devem, portanto, ter maioria nos órgãos deliberativos e administrativos da instituição.

Assim, o PLC 52/2018, que transforma o IAMSPE em autarquia especial, embora contemple reivindicação dos professores da categoria O, necessita ser alterado por meio das emendas elaboradas pela APEOESP e também pelas demais entidades que compõem a Comissão Con-

sultiva Mista (CCM) do IAMSPE e entidades de funcionários e médicos do próprio Instituto, visando democratizar a gestão, garantir verbas do Estado, assegurar o caráter público do IAMSPE e melhorar a qualidade do atendimento.

Não podemos aceitar que o governo do Estado, que não sustenta o nosso Instituto, nele mande, determinando quem deve ser seu presidente e seu vice-presidente, tendo maioria nos órgãos de deliberação e, ainda, poder de veto sobre as decisões do IAMSPE. Isso é um verdadeiro absurdo.

Quem sustenta o IAMSPE é quem nele deve mandar. Ou seja, os servidores públicos é que são os verdadeiros donos da instituição e devem ter o total comando, sem nenhum poder de veto do governador.

Por isso, o Fórum Estadual pela Saúde dos Servidores Públicos Estaduais, reunido no dia 21 de novembro na sede da APEOESP, encaminhou ofício ao governador, assinado pelas entidades presentes, solicitando uma audiência para tratar desse assunto e apontando que o projeto deve ser alterado em relação à gestão democrática do IAMSPE, ao seu caráter público e ao atendimento igualitário e solidário, como é seu objetivo original, bem como à obrigatoriedade de que o Estado cumpra com a sua cota-parte financeira, no mínimo igual à contribui-

ção dos servidores. Deliberou também pela realização de encontros regionais para debater o projeto e fortalecer a luta em defesa do IAMSPE como patrimônio dos servidores do Estado de São Paulo.

As subsedes, portanto, devem estar atentas ao calendário, para participarem da realização dos encontros regionais e para mobilizarem a nossa categoria, em conjunto com as demais entidades, para pressionar os deputados estaduais pela aprovação de nossas emendas prioritárias, quando chegar o momento. Desde já devemos manter a categoria informada e preparada para a mobilização.

## **e) Reforçar a luta contra a farsa da Escola sem Partido**

Nos últimos anos, grupos conservadores, religiosos e outros vêm se mobilizando para tentar impor a aprovação de projetos de lei em Câmaras Municipais, Assembleias Legislativas e no Congresso Nacional para impedir a liberdade de ensinar e aprender e a pluralidade de ideias e concepções pedagógicas nas escolas, princípios assegurados na Constituição Federal.

A eleição do novo governador de São Paulo, João Dória e do novo presidente da República, Jair Bolsonaro, fortalece esses movimentos. Eles próprios e

seus grupos, em vários momentos, se manifestaram favoráveis a esse tipo de iniciativa.

Porém, na sociedade de forma geral e até mesmo entre o eleitorado dessas lideranças de direita, as ideias do movimento “escola sem partido” encontram resistências, em especial por parte dos educadores, mas também de outros setores sociais.

No momento, tramita na Câmara Federal o projeto de lei – PL 7.180/2014 - em Comissão Especial que trata da “escola sem partido”. Apesar da ação dos deputados de oposição, com apoio de movimentos sociais, o projeto tem conseguido avançar em sua tramitação.

Ao mesmo tempo, porém, o STF está analisando Lei que criou a Escola sem Partido no estado de Alagoas, mas foi suspenso por liminar pelo ministro do STF Luís Roberto Barroso após ação da CNTE. O processo, porém, encontra-se parado e não há previsão de julgamento.

Nós, da APEOESP, sempre nos mobilizamos contra essa farsa da “escola sem partido”, mas, neste momento, verifica-se um recrudescimento do ataque aos docentes. Estudantes têm sido incitados a gravarem aulas e denunciarem professores que debatam política, ideias e conceitos no contexto de suas disciplinas ou que se posicionem politicamente nas salas de aula. Querem proibir o que a Constituição garante, ou seja, a



liberdade de ensinar e aprender e a pluralidade de ideias e concepções pedagógicas.

Diversos docentes têm sido vítimas de assédio e perseguição nas unidades escolares. Estudantes e também pessoas de fora da comunidade escolar tentam constrangê-los com filmagens ilegais, qualificando-os de “doutrinadores”.

Frente a isso, a APEOESP orienta a categoria sobre seus direitos, com base na Constituição Federal, e a procurar o Sindicato em face de qualquer fato e atitudes que firam esses direitos.

A APEOESP retomou a campanha contra a “Farsa da escola sem partido”, assim como encaminhou à CNTE solicitação para que ingresse com ação semelhante àquela na qual o STF assegura a liberdade de expressão nas universidades, para que o mesmo princípio seja garantido nas escolas de educação básica.

Além disso, o Sindicato produziu um material para sanar dúvidas sobre o assunto e criou um canal de denúncias, em seu site, para que os docentes que tiverem seus direitos cerceados, comuniquem o fato para proceder com as medidas cabíveis.

É fundamental que as subsedes estejam atentas a essa questão, que trabalhem com os materiais que foram distribuídos, massifiquem os adesivos que foram novamente distribuídos, orientem as professoras

e os professores e promovam nas escolas e em outros espaços debates e reuniões para esclarecer e fortalecer a nossa categoria contra esses ataques. Não vamos permitir a vitória do obscurantismo na rede pública estadual de ensino.

## **f) APEOESP conquistou avanços na resolução de atribuição de aulas**

A SEE publicou no Diário Oficial do Estado de 23/11/2018, a Resolução SE 71/2018, que disciplina o processo de atribuição de classes e aulas do pessoal docente do Quadro do Magistério para 2019.

A APEOESP teve acesso prévio à minuta da resolução, enviada pela Secretaria da Educação à entidade, e constatamos o atendimento de pontos importantes que já haviam sido reivindicados pelo Sindicato e pela categoria. Em reunião com a SEE, a presidenta da APEOESP, professora Bebel, solicitou ainda aperfeiçoamento em alguns outros pontos.

Como faz todos os anos, a APEOESP publicará suplemento especial contendo a íntegra da Resolução comentada para orientar as subsedes e a categoria e manterá o trabalho jurídico de defesa de todos os direitos das professoras e dos professo-

res antes, durante e depois do processo de atribuição de aulas.

A previsão, até o momento, é que a atribuição para efetivos ocorra em dezembro.

### ● **“Listão” para atribuição de aulas para categoria O**

Entre os destaques está a atribuição para os professores temporários por meio de “listão”, ou seja, lista única para a atribuição contendo os dados de todos os professores da “categoria O” por ordem de classificação.

Desta forma, de acordo com reivindicação reiterada sempre pela APEOESP, vale para os professores da “categoria O”, o mesmo critério de classificação que vigora para os demais segmentos (efetivos, categoria F, estáveis).

Os candidatos à contratação (para “categoria O”) também passam a contar com pontuação relativa ao “tempo de serviço prestado, no respectivo campo de atuação, no Magistério Público Oficial do Estado de São Paulo”.

A SEE publicará regulamentação específica para reger a atribuição de classes e aulas durante o ano para docentes contratados e candidatos à contratação, em nível de Diretoria de Ensino.

### ● **Ordem de classificação em todo o processo de atribuição**

Importante assinalar que, atendendo à solicitação da

APEOESP, a resolução deixa claro que a ordem de classificação deve ser respeitada como critério de atribuição na fase II (Diretoria de Ensino), em todas as fases e situações da atribuição e ao longo do ano.

- **Acumulação de cargos será respeitada**

Outro destaque importante diz respeito ao acúmulo legal de cargos, tendo em vista que passa a valer para a fase de atribuição na Diretoria de Ensino a mesma recomendação já vigente para a fase da unidade escolar, qual seja, que deve ser respeitado até o limite o direito ao acúmulo.

Será permitida, inclusive, a redução da carga horária nos casos de acumulação de cargos.

Outra novidade é que o docente da categoria F poderá agora acumular também como "categoria O", desde que tenha sido atribuída a ele a carga horária correspondente à jornada básica de trabalho, e não mais a integral.

- **Casos omissos serão decididos pela Comissão Regional**

A resolução foi alterada também para que casos omissos que possam ocorrer durante o processo de atribuição de aulas sejam examinados e resolvidos pela Comissão Regional que é criada no âmbito de cada Diretoria de Ensino para "execução,

coordenação, acompanhamento e supervisão do processo anual de atribuição de classes e aulas". A APEOESP sempre manifestou discordância quanto ao poder quase absoluto dos diretores de escolas para decidir sobre a atribuição nas unidades escolares.

- **Novas possibilidades de composição da jornada**

Ao docente titular de cargo fica facultado também a possibilidade de se retratar da opção por ampliação de jornada, conforme a APEOESP solicitou.

Também destacamos que, já na atribuição inicial, o professor poderá compor sua jornada de trabalho com disciplinas de outras licenciaturas.

- **Projetos da pasta**

Os professores readaptados que se encontrarem em projetos da pasta, mesmo quando cessada a readaptação, poderão permanecer nos projetos naquele ano e, para o seguinte, poderão ser reconduzidos, desde que bem avaliados.

Também foi criado novo dispositivo, que permite ao docente manter as aulas dos projetos da pasta, exceto do caso de pedido do próprio docente ou por descumprimento de normas legais, assegurado amplo direito de defesa.

Outro novo dispositivo assegura que o docente que perder projeto da pasta por

decisão da Comissão Regional devido à falta de professor da sua disciplina em sua unidade escolar, poderá retornar ao projeto tão logo se apresente professor habilitado para ministrar tais aulas.

Em relação à atribuição de projetos para fins de composição de carga suplementar, deverá ser emitida regulamentação específica.

- **Novos direitos aos professores**

A resolução passa a permitir que os(as) professores(as) possam declinar da atribuição em nível de Diretoria de Ensino, possibilitando atribuição aulas em substituição na unidade escolar, para evitar a dispersão de aulas em diversas escolas.

Em nível de Diretoria de Ensino, deve, preferencialmente, ter aulas atribuídas em unidades do mesmo município ou, no máximo, em municípios limítrofes.

Possibilita também que o professor da categoria F possa alterar sua sede para unidade escolar de outra Diretoria de Ensino, ainda que com carga horária correspondente, no mínimo, à da jornada reduzida, mesmo que parcialmente com horas de permanência.

A resolução prevê, ainda, que o docente que perder suas aulas poderá permanecer com elas caso o novo docente entre em licença-saúde.

- **Professores em licença paternidade incluídos em situações de não redução compulsória de jornada**

A pedido da APEOESP, foram incluídos professores em licença paternidade entre os que não poderão sofrer redução imediata da carga horário ou jornada em razão da atribuição de carga horária menor ou da perda de classe ou de aulas no decorrer do ano, ou, ainda, em virtude de cessação de designação e também nas possibilidades de licenças/afastamentos para docentes designados nos termos do artigo 22 da Lei Complementar 444/1985.

Não foram, porém, incluí-

dos (as) os (as) professores (as) em licença-prêmio nessas situações, como reivindicamos. Professores(as), em licença-prêmio, que tiverem redução de jornada, devem procurar o departamento jurídico da entidade.

Entretanto, os docentes em situação de licença-gestante/auxílio-maternidade e de licença paternidade participarão do processo de atribuição de classes e aulas, como a APEOESP reivindicou.

- **Em caso de perdas de aulas por faltas, não haverá penalização suplementar**

A APEOESP também foi

atendida no que se refere à retirada da penalização ao docente que faltar às aulas de uma determinada turma de alunos sem motivo justo, no(s) dia(s) estabelecido(s) em seu horário semanal de trabalho, por 2 (duas) semanas seguidas ou por 4 (quatro) semanas interpoladas. Esse docente perderá as aulas correspondentes à carga suplementar, se titular de cargo, ou, se docente não efetivo, até o limite de 19 (dezenove) aulas de sua carga horária, mas não haverá penalização, ou seja, não mais ficará impedido de concorrer à atribuição ao longo do ano.

## III. Encaminhamentos

- ➔ As reuniões de RE/RA devem debater e formular propostas para a reunião do Conselho Estadual de Representantes do dia 13/12.
- ➔ Distribuir o material sobre a conjuntura que foi encaminhado às subsedes, promovendo reuniões e debates nas escolas sobre a conjuntura, o posicionamento da APEOESP e a organização da luta para resistir aos ataques em defesa da democracia e dos nossos direitos.
- ➔ A subsedes devem convocar reuniões dos comitês em

defesa da democracia e dos direitos, juntamente com outras entidades, para realizar um trabalho de alerta sobre a possibilidade de votação da reforma da Previdência no próximo período ou no início do governo Bolsonaro.

- ➔ Esclarecer a categoria sobre a farsa da escola sem partido e organizar nas subsedes todo o atendimento necessário aos professores que forem atacados, constrangidos ou impedidos de exercer plenamente a liberdade de cátedra.

- ➔ Esclarecer a categoria sobre o Projeto de Lei Complementar 52/2018, que transforma o IAMSPE em autarquia especial, destacando as emendas necessárias em relação à gestão democrática, seu caráter público e à necessidade de que o governo cumpra com a sua cota-parte financeira, no mínimo igual à contribuição dos servidores. Preparar a categoria para lutar por essas emendas e pelo direito ao atendimento para os professores da categoria O.

Boletim

CR/RR

NOVEMBRO/2018



expediente

### Dirigentes responsáveis por esta publicação

Leandro Alves Oliveira  
Secretário Geral

Sílvio de Souza  
Secretário Geral Adjunto

### Dirigentes responsáveis pela Secretaria de Comunicações

Roberto Guido  
Secretário de Comunicações

Stenio Matheus de Moraes Lima  
Secretário de Comunicações Adjunto

### Conselho Editorial

Maria Izabel Azevedo Noronha  
Fábio Santos de Moraes  
Roberto Guido  
Stenio Matheus de Moraes Lima  
Leandro Alves Oliveira  
Sílvio de Sousa  
Rita de Cássia Cardoso  
Richard Araújo  
Fláudio Azevedo Limas  
Miguel Noel Meirelles  
Francisco de Assis Ferreira  
Paula Cristina Oliveira Penha

Tiragem 12 mil exemplares



SINDICATO DOS  
PROFESSORES DO ENSINO OFICIAL  
DO ESTADO DE SÃO PAULO

Filiado à **CNE** e **CUT**

[www.apeoesp.org.br](http://www.apeoesp.org.br)  
[secgeral@apeoesp.org.br](mailto:secgeral@apeoesp.org.br)

Praça da República, 282  
Tel. (0xx11) 3350-6000 • Fax (0xx11) 3350-6125  
CEP 01045-000 • Capital, SP

## DIRETORIA DA APEOESP TRIÊNIO 2017/2020

**DIRETORIA EXECUTIVA:** Presidenta: Maria Izabel Azevedo Noronha; Vice Presidente: Fábio Santos de Moraes; Secretário Geral: Leandro Alves Oliveira; Secretário Geral Adjunto: Sílvio de Souza; Secretário de Finanças: Fláudio Azevedo Limas; Secretário de Finanças Adjunto: Miguel Noel Meirelles; Secretário de Administração: Odimar Silva; Secretária de Administração Adjunta: Maria José Carvalho Cunha; Secretária de Patrimônio: Tereza Cristina Moreira da Silva; Secretário de Patrimônio Adjunto: Luiz Gonzaga José; Secretária de Assuntos Educacionais e Culturais: Francisca Pereira da Rocha Seixas; Secretário de Assuntos Educacionais e Culturais Adjunto: Ezio Expedito Ferreira Lima; Secretário de Comunicações: José Roberto Guido Pereira; Secretário de Comunicações Adjunto: Stenio Matheus de Moraes Lima; Secretária de Formação: Zenaide Honório; Secretário de Formação Adjunto: Paulo José das Neves; Secretário de Política Sindical: Moacyr Américo da Silva; Secretária de Política Sindical Adjunta: Ozani Martiniano de Souza; Secretário de Legislação e Defesa dos Associados: Francisco de Assis Ferreira; Secretária de Legislação e Defesa dos Associados Adjunta: Paula Cristina Oliveira Penha; Secretária de Políticas Sociais: Rita de Cássia Cardoso; Secretário de Políticas Sociais Adjunto: Richard Araújo; Secretária para Assuntos do Aposentado: Floripes Ingracia Borioli Godinho; Secretária para Assuntos do Aposentado Adjunta: Ana Lucia Ferreira; Secretária para Assuntos da Mulher: Suely Fátima de Oliveira; Secretária para Assuntos da Mulher Adjunta: Rosa Maria de Araújo Fiorentin; Secretária para Assuntos Municipais: Nilceia Fleury Victorino; Secretário para Assuntos Municipais Adjunto: Tales Amaro Ferreira; Secretária Geral de Organização: Cilene Maria Obici; Secretário de Organização da Capital: Fábio Santos Silva; Secretário de Organização da Grande São Paulo: João Luis Dias Zafalão; Secretária de Organização do Interior: Maria de Lourdes Rafael e Souza; Secretária de Organização do Interior: Sonia Maria Maciel; Secretário de Organização do Interior: Jorge Leonardo Paz; Secretário de Organização do Interior: Sérgio Martins da Cunha

**DIRETORIA ESTADUAL:** Ademar de Assis Camelo; Alfredo Andrade da Silva; Altair de Oliveira Gomes; Ana Amália Pedroso Curtarelli; Ana Carolina Correia; Ana Lúcia Santos Cugler; Ana Lúcia Viana; Ana Paula Cordeiro Santos; Anatalina Lourenço da Silva; Andreia Oliveira de Souza Soares; Antônio do Vale; Antonio Gandini Junior; Antônio Gerônimo; Antônio Jovem de Jesus Lima; Ary Neves da Silva; Benedita Lúcia da Silva; Benedito Jesus dos Santos Chagas; Carlos Alberto Rezende Lopes; Carmen Luiza Urquiza de Souza; Cauê Vieira Campos; Claudia Cristina Alves de Souza; Claudio Juhrs Rodrigues; Claudio Luiz Alves de Santana; Deborah Cristina Nunes; Denise Alves Moreira; Dorival Aparecido da Silva; Edna Azevedo Fernandes; Eliane Aparecida Garcia; Emanuel Duarte; Fábio Henrique Granados Sardinha; Fátima Aparecida da Silva Faria Galvão dos Santos; Felipe Brilhante Maropo; Flavia Bischain Rosa; Geraldo Cesar Martins de Oliveira; Gilmar Ribeiro; Janete Pereira da Silva; Jesse Pereira Felipe; João Batista Silva dos Santos; Joaquim Soares da Silva Neto; José Bonfim Ferreira do Prado; Jose de Jesus Costa; José Geraldo Corrêa Junior; José Reinaldo de Matos Lima; Joselei Francisco de Souza; Jovina Maria da Silva; Juvenal Aguiar Penteado Neto; Leonor Penteado dos Santos Peres; Luciano Delgado; Luis Antonio Nunes da Horta; Luiz Claudio de Lima; Luzelena Feitosa Vieira; Magda Souza de Jesus; Mara Cristina de Almeida; Marcella de Campos Costa; Marcos César Luiz Ferreira; Maria Carlota Niero Rocha; Maria de Lourdes Cavichiole Pires; Maria de Lourdes Mantovani Pavam; Maria Lúcia Ambrosio Orlandi; Maria Regina de Souza Sena; Maurício Cavalcante dos Santos; Mauro da Silva Inácio; Nilson Silva; Orivaldo Felício; Osman Martiniano de Souza; Pedro Alberto Vicente de Oliveira; Pedro Paulo Vieira de Carvalho; Raphael Henrique de Moraes Gregório; Regina Célia de Oliveira; Ricardo Augusto Botaro; Rita Leite Diniz; Roberta Maria Teixeira de Castro; Roberto Mendes; Rodolfo Alves de Souza; Ronald Torelli; Rui Carlos Lopes de Alencar; Sílvio Carlos da Silva Prado; Suzi da Silva; Uilder Cácio de Freitas; Vanessa Silva Ruta; Vania Pereira da Silva; Vera Lucia Zimmerger; Waldir Siqueira; Wilson Augusto Fiuza Frazão; Yara Aparecida Bernardi Antonilli